



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1043655-24.2020.4.01.3400

CLASSE: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

IMPETRANTE: CAIXA DE ASSISTENCIA SOCIAL DA FIPECQ

Advogado do(a) IMPETRANTE: MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL - MG64029

IMPETRADO: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASILIA, UNIAO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar formulado por **CAIXA DE ASSISTÊNCIA DA FIPECq – FIPECq Vida** em mandado de segurança contra ato supostamente ilegal imputado ao **DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BRASÍLIA/DF**, objetivando seja determinada a suspensão da exigibilidade das contribuições destinadas ao Salário Educação, SEBRAE e INCRA e demais contribuições devidas a terceiros, acima do valor-limite de 20 (vinte) salários mínimos.

Na petição inicial (ID 297061889), a Impetrante afirma que está sujeita ao recolhimento de contribuições destinadas Salário Educação, SEBRAE e INCRA e outras contribuições a terceiros. Sustenta que, nos termos da Lei 6.950/1981, essas contribuições estão sujeitas à limitação da base de cálculo em 20 salários mínimos, contudo tais exações permanecem sendo exigidas com base no valor integral da folha de pagamento de salários, o que torna a cobrança completamente ilegal. Invocam decisão recente do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria

Apresenta procuração e documentos.

Atribuem à causa o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Recolhem custas (ID 297073887).

Regularmente distribuída a ação, os autos vieram conclusos para análise do pedido liminar.



É o relatório. DECIDO.

A Lei nº 12.016/2009 (Lei do Mandado de Segurança), prevê que o juiz ordenará, ao despachar a inicial, "que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica" (art. 7º, III). São, portanto, requisitos para a concessão de medida liminar em mandado de segurança: (a) fundamento relevante ou *fumus boni iuris*; e (b) risco de ineficácia da medida ou *periculum in mora*.

No caso em análise, os requisitos para a concessão da medida liminar estão presentes.

Em decisão recente, a 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça fixou entendimento no sentido de que a base de cálculo das contribuições sociais devidas a terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981. Confira-se o acórdão:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA A TERCEIROS. LIMITE DE VINTE SALÁRIOS MÍNIMOS. ART. 4O DA LEI 6.950/1981 NÃO REVOGADO PELO ART. 3O DO DL 2.318/1986. INAPLICABILIDADE DO ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Com a entrada em vigor da Lei 6.950/1981, unificou-se a base contributiva das empresas para a Previdência Social e das contribuições parafiscais por conta de terceiros, estabelecendo, em seu art. 4o., o limite de 20 salários-mínimos para base de cálculo. Sobreveio o Decreto 2.318/1986, que, em seu art. 3o., alterou esse limite da base contributiva apenas para a Previdência Social, restando mantido em relação às contribuições parafiscais.

2. Ou seja, no que diz respeito às demais contribuições com função parafiscal, fica mantido o limite estabelecido pelo artigo 4º., da Lei no 6.950/1981, e seu parágrafo, já que o Decreto-Lei 2.318/1986 dispunha apenas sobre fontes de custeio da Previdência Social, não havendo como estender a supressão daquele limite também para a base a ser utilizada para o cálculo da contribuição ao INCRA e ao salário-educação.

3. Sobre o tema, a Primeira Turma desta Corte Superior já se posicionou no sentido de que a base de cálculo das contribuições parafiscais recolhidas por conta de terceiros fica restrita ao limite máximo de 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981, o qual não foi revogado pelo art. 3o. do DL 2.318/1986, que disciplina as contribuições sociais devidas pelo empregador diretamente à Previdência Social. Precedente: REsp. 953.742/SC, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJe 10.3.2008.

4. Na hipótese dos autos, não tem aplicação, na fixação da verba honorária, os parâmetros estabelecidos no art. 85 do Código Fux, pois a legislação aplicável para a estipulação dos honorários advocatícios será definida pela data da sentença ou do acórdão que fixou a condenação, devendo ser observada a norma adjetiva vigente no momento de sua publicação.

5. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1570980/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 03/03/2020).



Assim, considerando os precedentes do Superior Tribunal de Justiça, esse Juízo passa a adotar novo entendimento acerca da matéria, para limitar a base de cálculo das contribuições sociais destinadas a terceiros a 20 salários-mínimos, nos termos do parágrafo único do art. 4o. da Lei 6.950/1981. Presente o *fumus boni iuris*.

Igualmente está presente o *periculum in mora*, decorrente do fato de que a parte Impetrante encontra-se sujeita a eventuais fiscalizações, autuações e inscrições em cadastros de devedores, caso deixe de recolher as referidas contribuições, limitando a base de cálculo. Ademais, a carga tributária possui relevante impacto sobre o equilíbrio financeiro das sociedades empresárias.

Ante o exposto, **DEFIRO O PEDIDO LIMINAR** para suspender a exigibilidade das contribuições ao Salário Educação, SEBRAE e INCRA e demais contribuições devidas a terceiros, observado o limite de 20 (vinte) salários mínimos para a base de cálculo das referidas exações.

Intime-se a autoridade impetrada para cumprimento desta decisão e para prestar as informações no prazo de 10 (dez) dias (art. 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/2009).

Cientifique-se ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada (artigo 7º, inciso II, da Lei nº 12.016/2009).

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Em seguida, voltem os autos conclusos para sentença.

Intimem-se.

Datado e assinado eletronicamente.

